Informativo Semanal

#COVID-19



25/2

8ª Turma mantém suspenso prazo de processo sobre Instituto Lula para que defesa responda à acusação

Por unanimidade, a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) decidiu, na quarta-feira (24/2), manter a decisão que suspendeu o prazo para que a defesa do expresidente Luiz Inácio Lula da Silva responda à acusação da força-tarefa da Operação Lava Jato na ação penal que investiga suposto pagamento de propina da Odebrecht através de doações ao Instituto Lula.

A defesa do ex-presidente alega que não teve acesso integral aos documentos que embasaram a denúncia de crime de lavagem de dinheiro apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) contra ele.

Continue lendo...

25/2

Negada indenização a morador que não comprovou causa de danos em residência

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou provimento à apelação de um morador de Novo Hamburgo (RS) que pediu indenização por danos morais e extrapatrimoniais por conta de supostos prejuízos na rotina familiar e na estrutura de sua residência por conta da construção de uma linha férrea da empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A (Trensurb) e pela construtora Odebrecht S.A. A decisão, unânime, ocorreu durante sessão telepresencial desta terça-feira (23/2).

Entre 2009 e 2012, ocorreu a construção de uma nova linha férrea pela empresa Trensurb e pela construtora Odebrecht em Novo Hamburgo (RS). O autor da ação, que ainda mora a 40 metros do local da obra, afirmou que teve sua rotina prejudicada por conta da obra e, posteriormente, pela operação da linha de trem, como também sua casa teria sofrido **Continue lendo...**

25/2

Justiça Federal em Caxias do Sul condena homem por disponibilizar pornografia infantojuvenil

A 5ª Vara Federal de Caxias do Sul condenou um homem por disponibilizar 92 vídeos e fotos com pornografia envolvendo crianças e adolescentes. A sentença, publicada na terça-feira (23/02), é do juiz Rafael Farinatti Aymone.

Autor da ação, o Ministério Público Federal narrou que o acusado de forma continuada, no período compreendido entre maio de 2014 a maio de 2016, armazenou e disponibilizou 92 vídeos e fotos diferentes com conteúdo pornográfico infantojuvenil por meio de um programa de computador peer-to-peer. Segundo a denúncia, o compartilhamento resultou na transmissão de 451 cópias totais ou parciais dos arquivos para diferentes usuários.

Continue lendo...

25/2

Emagis Podcast desta semana aborda mudanças climáticas

O terceiro Emagis Podcast da nova temporada traz uma entrevista com Rafaela Santos Martins da Rosa, juíza federal substituta na 12ª Vara Federal de Porto Alegre. Com conhecimento em Direito Ambiental, ela fala sobre mudanças climáticas e o papel dos sistemas jurídicos, abrangendo consensos científicos e as atribuições do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change), o Acordo de Paris e a nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira.

No episódio, a magistrada ainda analisa a litigância climática enquanto fenômeno jurídico e as tendências futuras de litígios climáticos no Brasil e no mundo.

Continue lendo...

24/2

Empresa inscrita indevidamente em cadastro de inadimplentes da Caixa tem direito a indenização

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou a apelação da Caixa Econômica Federal (CEF) no caso da inscrição indevida de um açougue no cadastro de inadimplentes. Assim, fica mantida a condenação de primeiro grau ao pagamento de R\$ 15 mil de indenização por danos morais pela CEF e pela empresa alimentícia Bella Carne Comercial de Alimentos Ltda., que também deverá emitir nulidade de duplicata mercantil. A decisão, unânime, ocorreu em sessão virtual nesta quarta-feira (23/2).

Em dezembro de 2019, a empresa Cabrini Casa de Carnes, da cidade de Araucária (PR), foi inscrita, sem que o proprietário fosse informado, no programa de proteção ao crédito da CEF. Segundo a defesa do açougue, a empresa Bella Carne Alimentos utilizou dados já presentes no sistema para emitir uma duplicata sem lastro, ou seja, sem que tivesse ocorrido o pedido de produtos respectivo à cobrança.

Continue lendo...

24/2

Justiça determina que Facebook forneça dados de professores de universidade de SC investigados por assédio sexual de alunas

A 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou provimento a um recurso em que o Facebook pedia a suspensão da decisão judicial de primeira instância que determinou à filial brasileira da empresa que forneça dados dos perfis de dois professores do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) investigados por assédio sexual de estudantes em Criciúma.

A decisão unânime do colegiado foi proferida em julgamento realizado nesta terça-feira (23/2). Caso descumpra a determinação, a empresa deverá pagar multa diária no valor de R\$ 50 mil.

Continue lendo...

24/2

INSS deve conceder aposentadoria por invalidez a segurado portador de doença degenerativa nos ombros

A Nona Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) manteve sentença e condenou o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a conceder aposentadoria por invalidez a um pedreiro, morador de Penápolis/SP, portador de doença degenerativa nos ombros.

Para o colegiado, o segurado preencheu os requisitos para a concessão do benefício, como a qualidade de segurado e a incapacidade para o trabalho de forma permanente e insuscetível de recuperação ou de reabilitação para outra atividade que garanta a subsistência.

Continue lendo...

24/2

Decisão mantém condenação de casal

por desvio de encomendas dos Correios

A Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) manteve a condenação de um ex-funcionário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), em Campinas/SP, e de sua esposa pela subtração de encomendas postais, valendo-se da sua função.

Para o colegiado, a materialidade e a autoria do crime de peculato-furto restaram comprovadas pelas provas apresentadas, como a cópia do processo administrativo disciplinar, relatórios finais de sindicância e depoimentos de testemunhas. Além disso, o fato culminou na rescisão contratual do funcionário por justa causa, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Continue lendo...

23/2

Teletrabalho: Ajufe reúne-se com presidente do Conselho Federal da OAB

O vice-presidente da Ajufe na 1a Região, Caio Marinho, participou de reunião nesta terça-feira (23/2) com o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz. Representantes da AMB e Anamatra também participaram do encontro.

O objetivo da reunião era o estabelecimento de um canal de diálogo com a advocacia em relação à atuação do Poder Judiciário durante a pandemia do coronavírus (Covid-19).

Continue lendo...

23/2

Tribunal nega pagamento de segurodesemprego a associação de pescadores de SC que alegou ter sido afetada por período de defeso

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) julgou improcedente o recurso de apelação movido por uma associação de pescadores do município de São Carlos (SC) que pedia o pagamento de seguro-desemprego aos seus filiados referente a um período de defeso decretado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no ano de 2009.

A decisão é da Turma Regional Suplementar de SC do TRF4 e foi proferida por unanimidade na última semana (17/2). No recurso, a Colônia de Pescadores Z-35 contestava um

ato normativo do Ibama que, entre junho e agosto de 2009, proibiu a pesca na bacia hidrográfica do Rio Uruguai, no Rio Grande do Sul, devido à estiagem prolongada ocorrida na época.

Continue lendo...

23/2

Justiça Federal garante vaga em curso de Odontologia na UFPel para estudante autodeclarada parda

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) julgou procedente a apelação de uma jovem de 19 anos para garantir uma vaga no curso de Odontologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A estudante de Pelotas (RS) teve o pedido de ingresso na instituição através de cota racial indeferido por supostamente não possuir os fenótipos para ser considerada parda. A decisão, unânime, ocorreu durante sessão virtual de julgamento no dia 18/2.

No vestibular de 2019, a jovem foi aprovada no curso de Odontologia na UFPel por meio do Programa de Avaliação da Vida Escolar - 2017/2019 (PAEV) e optou pelo ingresso através de ação afirmativa, que reserva vagas para negros, pardos e indígenas.

Continue lendo...

22/2

Justiça concede direito à desistência de aposentadoria para professora municipal de Xanxerê (SC)

A Turma Regional Suplementar de Santa Catarina do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) deu provimento à apelação de uma professora da rede municipal de ensino de Xanxerê (SC) que buscava homologação da desistência da aposentadoria porque o valor ficou aquém do esperado e pretende solicitar outro tipo de benefício previdenciário. Ela teve o pedido inicial negado na 1ª instância por suposta falta de interesse processual. A sessão virtual da Turma ocorreu no dia 17/2 e resultou em decisão unânime a favor da autora.

Em novembro de 2017, a autora, então com 50 anos, requereu aposentadoria por tempo de serviço em virtude de sua atuação como professora do ensino básico municipal de Xanxerê, o que foi concedido à época pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). No

entanto, antes do primeiro saque, a docente solicitou administrativamente o cancelamento do benefício, mas o INSS negou o pedido. Em 2019, então, ela acionou a Justiça para a desaposentação.

Continue lendo...

22/2

TRF4 decide que indústria de carnes não é obrigada a contratar veterinário

Estabelecimentos que exercem o comércio de carnes e laticínios, produtos agropecuários, ração para animais, medicamentos veterinários e animais vivos não se enquadram entre as atividades inerentes à medicina veterinária e, por consequência, não se sujeitam ao controle de profissional da área.

Com base nessa jurisprudência, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) confirmou sentença de primeira instância que reconheceu a uma indústria de carnes gaúcha a não obrigatoriedade de registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul (CRMV/RS) e de contratação de médico veterinário como responsável técnico do estabelecimento.

Continue lendo...

22/2

Justiça Federal discute o acesso à Justiça durante seminário do CNJ

A vice-presidente da AJUFE na 5ª Região e coordenadora regional da Comissão AJUFE Mulheres, Camila Pullin, participou do seminário "Democratizando o acesso à Justiça: Justiça social e o Poder Judiciário no Século XXI", nesta segunda-feira (22).

A magistrada foi uma das palestrantes do painel "Justiça Social, Democratização do Acesso à Justiça e o Poder Judiciário

Continue lendo...

22/2

Podcast - Ajufe estreia nova série de episódios sobre a atuação da Justiça Federal

Já está no ar a nova série do canal de Podcast da Ajufe – Justiça Federal em Debate. A edição de cinco episódios, lançada nesta segunda-feira, será voltada à atuação da Justiça Federal e trará, a cada quinze dias, bate-papos sobre o auxílio emergencial, a participação feminina no Poder Judiciário, o

PL 10.887/2018, que altera a Lei de Improbidade Administrativa, a remuneração dos magistrados federais e a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região e a consequente ampliação da Justiça Federal.

No primeiro episódio, já disponível nas principais plataformas de podcast, a convidada Marcella Brandão, vice-presidente da Ajufe na 2ª Região, detalha as ações da Justiça Federal para solucionar os litígios envolvendo o auxílio emergencial. A magistrada ainda destaca o que deve continuar sendo feito nesta nova rodada do benefício, divulgada no início de 2021.

Continue lendo...

22/2

Ajufe participa da abertura do 2º seminário do CNJ que debate o acesso à Justiça

O presidente da AJUFE, Eduardo André, participou da abertura da 2ª edição do seminário "Democratizando o acesso à Justiça: Justiça social e o Poder Judiciário no Século XXI", nesta segunda-feira (22). O evento, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocorre durante todo dia com transmissão pelo Youtube do colegiado (/CNJ).

Nesta edição, o objetivo foi dar continuidade aos debates sobre a construção de projetos destinados ao combate da discriminação, do preconceito e de outras expressões da desigualdade de raça, gênero, condição física, orientação sexual, religiosa e de outros valores ou direitos protegidos ou que comprometam os ideais defendidos pela Constituição Federal de 1988.

Continue lendo...

22/2

Justiça nega pedido de familiares para contraprova a atestado de óbito em caso de morte por Covid-19

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) manteve válida a decisão liminar de primeira instância que negou o pedido da esposa e do filho de um homem que morreu de Covid-19 em Porto Alegre (RS) para que fosse realizada contraprova e necropsia no corpo do falecido com o objetivo de rever a causa da morte.

A família também pedia que o Hospital Conceição fornecesse toda a documentação médica do paciente, como prontuários e exames realizados. Eles questionaram o motivo da morte, ocorrida em outubro do ano passado. **Continue lendo...**

19/2

Saiba mais sobre o processo seletivo do curso de Mestrado em Direito da ENFAM!

A ENFAM divulgou, nesta sexta-feira, detalhes do processo seletivo de candidatos ao curso de Mestrado Profissional em Direito do PPGPD/Enfam, 2ª turma – 2021.O certame será composto de três etapas: Avaliação do Projeto (linha de pesquisa); Avaliação do Projeto de Pesquisa, Trajetória Profissional e Currículo Lattes; e Entrevista para Defesa do Projeto de Pesquisa e da Trajetória Profissional.

O prazo para inscrições se encerra às 23h59 do dia 14 de março, horário de Brasília. Os interessados devem preencher formulário próprio e enviar, exclusivamente pelo link indicado nos campos, os demais documentos solicitados pelo edital. Não serão aceitos documentos enviados por outros meios..

Continue lendo...

